

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 17

Data: 16 de Abril de 1979 Pg.: _____

**Novos projetos como
o Jari serão vetados**
06.4.79 ESP

Das sucursais

O governo Figueiredo não aprovará projetos de dimensões semelhantes ao Projeto Jari, da Amazônia, porque apresentam caráter polêmico. Isso foi assegurado ontem pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, após conferência sobre os problemas da Amazônia, no Clube de Engenharia, no Rio. Ele adiantou também que seu Ministério está estudando a criação de uma empresa pública para regulamentar as concessões a empresas privadas para exploração econômica daquela região, bem como para fiscalizar essa atividade.

Embora ressaltando a importância do Projeto Jari, principalmente quanto à transferência de tecnologia, Andreazza disse que seus aspectos contraditórios levaram o atual governo a afastar a idéia de adotar qualquer outro empreendimento de porte semelhante. O ministro informou, ainda, que a hidrelétrica a ser construída pelo Projeto Jari será integrada ao sistema energético nacional, sob o comando do Ministério das Minas e Energia.

Em sua conferência, Andreazza prometeu que os incentivos fiscais da Sudam serão aperfei-

çoados e aplicados segundo prioridades claramente definidas. O Finam receberá mais recursos, assim como o Banco da Amazônia, que deverá expandir sua atuação como banco de fomento. O ministro disse também que pretende ampliar a autonomia administrativa dos Territórios.

INVESTIGAÇÃO

Em Brasília, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara decidiu ontem, por unanimidade, investigar o desempenho e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Jari, na região amazônica, por entender que ele atenta contra a segurança da nação e a integridade física dos brasileiros.

A decisão da Comissão foi provocada por uma sugestão do deputado Péricles Gonçalves (MDB-RJ) que, com base em denúncias que vem recebendo, afirmou que o empresário norte-americano Daniel Ludwig, proprietário do projeto, por não ter herdeiros, já legou aquela extensa área ao governo dos Estados Unidos. "Isso quer dizer que no futuro o Brasil passará a ter incrustada em seu território uma área pertencente a outro país, ameaçando sua soberania", disse o deputado.